



TENSÕES E DISPUTAS: OS PROFESSORES E OS LIVROS ESCOLARES NO SÉCULO XIX

Daniel Cavalcante de Albuquerque Lemos¹

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre os processos e trajetórias dos livros escolares, em meados do século XIX, nas escolas da Corte, procurando por meio da análise deste percurso, compreender as tensões e disputas sobre as escolhas dos livros e a participação dos professores públicos primários. Procuo analisar as condições de aparecimento e de permanência do livro na ordem escolar no Brasil, me detendo no exame das regras que presidiam o seu funcionamento de modo a refletir, na perspectiva da história, acerca das ações de escolarização e da emergência do livro escolar, que indo além dos regulamentos e premissas do Estado, contou com a intervenção de professores, nesse caso, participando, propondo e, queixando-se acerca de tais objetos. Assim sendo, almejo analisar a trajetória de adoção do livro escolar, segundo os pressupostos oficiais, recuperando também as intervenções dos professores em um processo entre as práticas e as tensões. Para o desenvolvimento de tal proposta, utilizo como fontes à lei de 1854 que regeu a instrução primária e secundária do Município da Corte e que regulamentou a utilização dos livros nas escolas no período estudado, de 1854 a 1877, as atas da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, a correspondência entre professores e o conselho diretor da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, e a versão impressa do Manifesto dos Professores publicada em 1871 pela Typografia J. Villeneuve & Cia e, trechos deste mesmo documento encontrados no jornal pedagógico “*A Verdadeira Instrução Pública*” do ano de 1872, de circulação na Corte e na província do Rio de Janeiro.

Palavras - chave: Livros escolares; educação no século XIX; instrução primária.

¹ Mestre em Educação; doutorando em Educação da UFMG; bolsista do CNPq; cavalcanti13@yahoo.com.br

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação.(Chartier, 1999, pág. 8).

O presente artigo apresenta um estudo sobre os processos e trajetórias dos livros escolares, em meados do século XIX, nas escolas da Corte, procurando por meio da análise deste percurso, que vai da sua produção a adoção, compreender as tensões e disputas sobre as escolhas dos livros e a participação dos professores públicos primários em três diferentes lugares deste processo, como autores, como usuários, e como parte do grupo que seleciona e decide que livros merecem ser adotados. Tento perceber assim, as pretensões e os discursos acerca do uso dos livros por parte do Governo Imperial e também as práticas presentes no interior deste processo.

Procurando analisar as condições de aparecimento e de permanência do livro na ordem escolar no Brasil, me detenho no exame das regras que presidiam o seu funcionamento de modo a refletir, na perspectiva da história, suas ações de escolarização e da emergência do livro escolar, que indo além dos regulamentos e premissas do Estado, contou com a intervenção de professores, nesse caso, participando, propondo e, queixando-se acerca de tais objetos. Assim sendo, almejo analisar a trajetória de adoção do livro escolar, segundo os pressupostos oficiais, recuperando também as intervenções dos professores em um processo entre as práticas e as tensões.

Para o desenvolvimento de tal proposta, utilizo como fontes à lei de 1854 que regeu a instrução primária e secundária do Município da Corte e que regulamentou a utilização dos livros nas escolas no período estudado, de 1854 a 1877, fontes primárias localizadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) referente a estes objetos, a versão impressa do Manifesto dos Professores publicada em 1871 pela Typografia J. Villeneuve & Cia e, trechos deste mesmo documento encontrados no jornal pedagógico “*A Verdadeira Instrução Publica*” do ano de 1872, de circulação na Corte e na província do Rio de Janeiro, que tinha como redator um dos signatários do manifesto e também autor de livros adotados pelo Estado Imperial, o professor Joaquim Manoel Pereira Frazão. Estas últimas fontes foram localizadas na Biblioteca Nacional (BN).

Trabalhando com o manifesto e com os regulamentos do Estado, busco confrontar as perspectivas de uma parcela dos professores e autores, representada por seus signatários e, as do poder. Nesta disputa, encontravam-se os professores buscando a garantia ao prêmio previsto na lei para quem tivesse um livro adotado, prêmio que, segundo estes, eram pagos aos que não eram “*mestres escolas*” porque, “*os que não o são tem conseguido prêmios pecuniários por trabalhos, alguns dos quaes não honrão muito as nossas escolas por sua incorreção*”², o que denuncia assim, a diferença de tratamento entre os autores que eram professores e os demais, que contavam com “*conhecimentos e posição social*”³, bem como a qualidade de alguns livros adotados.

Segundo Escolano (2001), o livro didático é considerado um espaço de memória para a história da educação na medida em que reflete, ao mesmo tempo, uma imagem sistêmica da escola que ele representa e uma imagem da sociedade que o escreve e que o utiliza, seja através da materialização dos programas como suporte curricular que ele é, seja através das imagens e valores dominantes da sociedade que ele veicula, ou ainda através das estratégias didáticas e práticas de ensino-aprendizagem que ele expressa.

Nesse sentido, o livro deve ser entendido como um objeto de construção de uma série de interesses que antecedem ao seu uso e, os elementos que ele procura definir formam um conjunto de valores que a sociedade está priorizando, sendo assim, ele se constitui em um privilegiado objeto para a melhor compreensão dos interesses sociais presentes em uma determinada época, no entanto, para tal entendimento devemos buscar problematizar as relações que produziram e permitiram seu aparecimento.

Trabalho com a hipótese de que os livros funcionavam como um dos principais instrumentos para concretização dos projetos educacionais existentes, sendo utilizados por professores, como uma espécie de “guia” no ensino dos saberes escolares, bem como pelos alunos em seu cotidiano. Segundo Bittencourt (1993), o professor, formado em sua maioria, na prática, sem Escolas Normais, deveria necessariamente contar com o livro didático para dominar os conteúdos explícitos a serem transmitidos. Nessa perspectiva, eles podem ser entendidos como um significativo colaborador da prática docente, assim como de sua formação. Diante deste fato, se tornou necessário uma série de normas que regulassem a sua elaboração, aprovação e circulação.

² Manifesto dos Professores Públicos de instrução Primária da Corte (1871). Rio de Janeiro: typografia e imp. J. Villeneuve & Cia.p.5.

³ Idem.

O século XIX pode ser caracterizado como um período de construção do sistema educacional estabelecido pelo Estado Imperial. A lei de 17 de fevereiro de 1854 regulamentou a instrução primária e secundária da Corte foi elaborada na gestão do Ministro Luiz Pereira de Coutto Ferraz, pela qual se pretendia organizar a instrução. Segundo Gondra (2003), com esta reforma o governo buscou constituir sob o signo da exemplaridade, pela qual também foi criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC). A IGIPSC representa uma nova estrutura para a instrução primária e secundária. Segundo Gondra:

O aparelho gerado nos termos dessa intervenção supõe uma profissionalização da instrução, impondo regras para ingresso e permanência de alunos e professores, redefinido os saberes escolares, ao mesmo tempo em que instaura uma rede de vigilância sobre a organização escolar e seus sujeitos por intermédio da qual se pretendia obter eficiência e eficácia na instrução primária e secundária da Corte. (2005, p. 9)

A criação da Inspeção e do cargo de Inspetor Geral apontava para a necessidade sentida pelo Estado Imperial de acompanhar de forma mais próxima as práticas educativas das escolas da Corte. Através da confecção de registros sobre matrículas, frequência e desempenho, buscava-se a minúcia da legislação, fatos evidenciados no olhar esmiuçante das inspeções, constituindo uma “microfísica do poder”. Importa nessa lógica estabelecer as presenças e as ausências, trabalhar os espaços, conhecer os alunos e os professores, instaurar formas de comunicação, vigiar o comportamento de cada um, organizando, assim, um espaço analítico, não só para vigiar, mas também para tornar os mecanismos mais úteis. A produção dessa escrita de controle e a produção desses documentos constituem hoje importante fonte para a pesquisa em história da educação, podendo ser localizada documentação desse tipo, como já assinalado, no setor de documentação escrita do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), no Arquivo Nacional (AN) e na Biblioteca Nacional (BN). O Funcionamento deste aparato indica também a constituição de uma hierarquia, com a constituição de uma autoridade acima dos professores e dos diretores das escolas. De acordo com Schueler (2002), desse modo eram recriadas no âmbito das escolas, as hierarquias da administração pública, mas esse cenário também propiciava que os professores resistissem aos projetos de modelação, ainda que constrangidos por uma série de relações.

Torna-se necessário também destacar a diversidade de sujeitos que compunham o município da Corte, considerado como o principal centro urbano nacional e, formado

por pessoas livres, libertos, escravos, estrangeiros, crianças, jovens e adultos. Compreendido este panorama, bem como a intenção do Governo em criar um projeto de formação e, ao mesmo tempo de vigilância desses indivíduos, os livros escolares foram entendidos como um relevante veículo de viabilização das finalidades governamentais, fato que podemos comprovar por meio do controle que dele era feito, pois para a admissão nas escolas públicas e particulares, as obras cumpriam um percurso que ia do autor ao Conselho Diretor de Instrução⁴. De acordo com a lei de 1854, a já citada IGIPSC possuía, dentre outras, a função de rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-los e substituí-los quando necessário. Este órgão também era responsável pela convocação do Conselho Diretor, que deveria examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como, designar e rever os compêndios utilizados nas escolas.

No entanto, antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Conselho a pessoas consideradas “idôneas” da época e que fossem de confiança das autoridades, sendo uma significativa parcela desses sujeitos formados por professores públicos, para que estas pudessem fazer sua avaliação, aprovando somente obras que estivessem de acordo com os interesses do poder vigente. Ao mesmo tempo em que previa a regulação, o governo incentivava a criação destas obras ao garantir, nos artigos 56º e 95º do regulamento, prêmios às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira.

Ao contrário do que se pode imaginar, havia uma significativa quantidade de livros escolares no século XIX, fato possível de se observar por meio de um estudo de variados documentos encontrados na Série Instrução Pública do AGCRJ, que evidenciam sua ampla produção e circulação. Dentre estes materiais encontram-se: oferecimento feitos pelos respectivos autores; atas do conselho de instrução pública; notas fiscais de livrarias destinadas a Secretaria de Instrução Pública com a quantidade e os valores dos livros fornecidos; pareceres positivos e negativos referentes à aprovação e adoção de livros escolares; além de ofícios de professores e delegados de províncias, contendo alguns, pedidos de determinadas obras autorizadas para uso de suas escolas.

⁴O Conselho Diretor da Instrução Pública era composto da seguinte forma: pelo o inspetor-geral de Instrução Primária e Secundária (que ocuparia sempre a presidência do conselho), pelo reitor do Colégio Pedro II, por dois professores públicos e um particular de instrução primária ou secundária, que seriam designados pelo governo para mandato de um ano entre os que “houverem distinguido no exercício do magistério” (Primitivo, 1937, p. 15).

Dentre os documentos analisados podemos perceber, ou por já estar especificado em ofícios de professores e delegados de províncias, ou pelas quantidades requeridas, que muitos livros eram pedidos para uso dos próprios alunos nas escolas. Entre os mais recorrentes no período estudado, destaco os seguintes: *Grammatica Portugueza*, de Cyrillo Dilermando da Silveira; *Episódios da Historia Pátria e Cathecismo*, ambos de autoria do Cônego Fernandes Pinheiro; *Aritmética* de Manoel Joaquim Pereira Frazão; *Lições de história do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo e *Fábulas* de Justiniano José da Rocha.

Há uma série de relações que podem ajudar a explicar o porquê de um livro, durante um determinado período, ser significativamente solicitado para uso dos próprios alunos nas escolas, principalmente em uma época na qual estudos indicam que havia uma forte carência de materiais escolares, incluindo os livros em quase todas as escolas brasileiras⁵. Dentre estas relações, temos, por exemplo, a que se estabelece entre o autor e sua posição na sociedade; a compatibilidade de seu conteúdo com os interesses predominantes; a linguagem escrita; as relações com a igreja católica, já que neste período muitos livros aprovados possuíam forte influência desta instituição, pois o ensino religioso ainda fazia parte do currículo oficial das escolas, sendo a *Instrucção moral* uma das disciplinas obrigatórias do ensino primário⁶; entre outras.

Cada obra possui particularidades que ajudam a compreender seu destaque, ou não, sendo necessário um estudo detalhado de cada uma delas, no entanto, a título de exemplo, um dos fatores, que provavelmente, contribuiu para a ampla aceitação de duas das obras acima citadas, as “*Fábulas*” de Justiniano José da Rocha e “*Lições de história do Brasil*” de Joaquim Manuel de Macedo. Ambos os autores foram professores do renomado Colégio de Pedro II⁷ e membros do Conselho Diretor, que era um dos órgãos responsáveis pelas aprovações dos livros. Tais cargos não podem ser desconsiderados ao fato desses autores possuírem mais de uma obra aprovada⁸ com amplas aceitações nas escolas da Corte.

⁵ Sobre este tema consultar MARTINEZ, A. (1998). *Educar e instruir: a instrução pública na corte imperial (1870-1889)*. Niterói, RJ: UFF. Dissertação de Mestrado.

⁶ Segundo o Artigo 56º do Regulamento, a adoção de livros que contivessem matéria do ensino religioso deveria proceder sempre a aprovação do Bispo Diocesano.

⁷ Há no Arquivo ofícios de autores que submetiam seus livros a avaliação para a utilização especificamente do Colégio Pedro II, assim como, autorizações por parte do Conselho Diretor exclusivamente para uso deste estabelecimento.

⁸ Joaquim Manuel de Macedo possuía além de *Lições de História do Brasil*, o livro *Mulheres celebres* adotado pelo Governo Imperial, já os outros livros de Justiniano José da Rocha foram: *Compêndio de Geografia Elementar* e *História Universal*, sendo este último amplamente solicitado para uso das escolas imperiais.

Nesse percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo Imperial, seja produzindo tais compêndios. Pela pesquisa feita no AGCRJ foi possível constatar a existência de um grande número de professores que ofereciam suas obras para avaliação junto ao Conselho Diretor, sendo possível afirmar que esta era uma comum prática deste grupo. De acordo com o professor Felix Amedeo Tosetti, em documento emitido em maio de 1875:

O Professor Felix Amedeo Tosetti representa humildemente a V. Ex. ter compilado um compêndio de Grammatica Portuguesa, cujo manuscrito tem a honra de abaixar a V. Ex. para que se digne sotopol-o a exame do illustrado Conselho de Instrucção Publica para approvação e da graça (Códice 11.4.21).

Segundo Bittencourt (1993), a construção de uma obra didática seria uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da nação, sendo assim, os homens de confiança do poder seriam o grupo ideal de autores de obras didáticas, mas, com o decorrer do tempo, o número limitado de obras que surgiram de autores famosos fez com que as nossas autoridades educacionais aceitassem pessoas menos nobilitadas. Assim, os professores foram considerados os sujeitos capazes e autorizados para tal produção, no entanto, torna-se necessário ressaltar que este exercício não era restrito aos homens, havendo um significativo número de professoras, se levarmos em consideração de que nesta época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino, que também se tornaram escritoras de compêndios. Dentre estas: Adelina Lopes Vieira, Luiza Emilia da Silva Aquim, Elisa Tarmer, Guilhermina de Azambuja Neves e Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina. Esta última reivindica, em ofício apresentado em 21 de abril de 1875, resposta ao seu pedido:

Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina, professora da 2ª escola publica de meninos da freguezia de Santa Rita, tendo tido a honra de offerecer a Inspectoria Geral da Instrucção publica no anno de 1871, uma tradução que fez da Pedagogia e Methodologia de Th. Braun para ser adoptada ao uso das escolas, caso merecesse approvação e algum apreço, e como não tinha tido até hoje resultado algum, a supplicante vem com o devido respeito pedir ao Exmo. Snr. Inspector Geral se digne providenciar afim de que seja a mesma traducção adoptada, ou a não ter merecimento ser restituída a Supplicante.(códice -11.4.21).

Poderíamos imaginar que o processo referente aos livros escolares ocorria de modo linear e em consonância com o que descreve a lei, nesse sentido, ao haver a autorização e conseqüente adoção de uma obra por parte do Governo Imperial, imediatamente seu autor recebia o prêmio estabelecido pelo regulamento. Porém, ao remeter às práticas, distanciando por alguns momentos da letra da lei, pode-se perceber os gestos de ruptura entre os discursos e as ações.

Tentando resgatar as tensões existentes nas práticas estabelecidas para a adoção dos livros, temos que diferente do que nos levaria a concluir uma análise isolada da lei no que se refere ao pagamento de prêmios pela adoção de livros, este não ocorria como previsto. Exemplo disso é um ofício emitido pelo professor Manoel José Pereira Frazão⁹, em 10 de junho de 1964, ao Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC), pedindo ao Estado que se efetue seu pagamento, para isso, ele faz referência à lei e relata a situação de dificuldade da vida de professor:

(...) nascido de pais pobres, vive com dificuldade dos acanhados vencimentos que lhe da sua cadeira. Dedicar-se com desvelo ao magistério, por que acredita nas promessas que fez o governo de V. M. Imperial ao professor trabalhador, e conhecendo a grande necessidade que tinha a instrução pública de livros elementares escriptos em linguagem correcta, publicou um compêndio de Aritmética com que satisfiz a uma das maiores necessidades do ensino (...). O superintendente vem, pois, rogar a V. M. Imperial a graça de lhe mandar dar o prêmio de dois contos de reis, que a lei diz garantir-lhe. (código -11.4.21).

Esse não foi um caso isolado e o pedido não significa que o prêmio tenha sido necessariamente pago. Diante desse e de outros fatos a que os professores estavam submetidos, como os “*acanhados vencimentos*”, um grupo de professores públicos primários da Corte se reuniu em 1871 e elaborou um manifesto, dirigido aos concidadãos, sobre a situação da educação e dos professores na Corte. Professores que, segundo próprio Imperador Pedro II, eram uma “*Classe deslembada entre as classes dos funcionários públicos da corte*”. Esse manifesto foi publicado sobre o título de “*Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primaria da Corte*” e, republicado

⁹ Autor de compêndios e manuais para uso das escolas, relatórios, métodos de ensino para a escola primária, pareceres, além de ser organizador e signatário de manifestos e jornais pedagógicos. Próximo do partido conservador, lecionou nas escolas publicas de meninos da freguesia de Sacramento, em 1863, na escola publica da Glória, de 1865 a 1873 e, assumindo a cadeira da Lagoa, obteve o reconhecimento do governo por possuir a escola considerada como a mais disciplinada da cidade.

um ano depois no Jornal pedagógico “*A Verdadeira Instrução Publica*”, sendo, como já mencionado, o redator desta publicação e também relator do manifesto, o professor Frazão.

23 Neste documento os professores denunciaram à sociedade imperial: “*temos soffrido toda a sorte de injustiças*”, sofrido com “*resignação evangélica a humilhação*”, denunciando, assim, a forma como eram tratados pelo Estado. E, para comprovar as humilhações e a indisposição do Estado para com os professores, apresentaram uma denúncia sobre o processo de adoção e premiação dos livros escolares. Para deixar registrado que possuíam o conhecimento da lei e de seus direitos, começaram tal denúncia pela citação de um trecho do regulamento de 1854, o qual diz: “*Garante-se prêmio ao professor que escrever ou traduzir algum compêndio para uso das escolas, contanto que seja adoptado pelo governo*” (grifo no original) e, logo depois continuam o relato:

(...) depois de uma luta de quatro annos, em que teve que concorrer com um senador e com mais dous cavalheiros recommendáveis por seus conhecimentos e posição social! Corre ao governo em busca do seu prêmio, e o governo lhe reponde: **a lei não é clara, não precisa o prêmio; e no entender do governo a adopção já é um prêmio.** (Manifesto dos professores públicos primários da corte, 1871, p. 5. grifo no original).

Sendo esta uma interpretação do regulamento, os professores afirmaram que tal explicação servia apenas a uma parcela dos envolvidos e argumentam em seu manifesto que:

Não se considera a adopção como prêmio, e sim como condição para o prêmio que elle garante! Finalmente, esse prêmio o regulamento não o estabelece em termos duvidosos, porém diz: **Garante-se!** Reparai em tudo isso e ficareis abysmados do modo por que o governo tem entendido este artigo em relação aos desgraçados mestres de escola! Dizemos em relação aos mestres de escola, por quê os que o não são tem conseguido prêmios pecuniários por trabalhos, alguns dos quaes não honrão muito as nossas escolas por sua incorreção!. (idem, ibden. grifo no original).

Comunicaram ainda, que quando o representante do governo foi argumentado sobre o fato da adoção do livro ser uma condição para o prêmio, este informou que:

sim...sim... mas a mente do legislador referia-se a livros de certa importância(!!!!). Eis-ahi, concidadãos, a interpretação das leis quando se trata de mestres escolas! Pois há-se de aviltar um prêmio que se da aos doutores , dando-o também a um mestre escola? (Manifesto dos professores públicos primários da corte, 1871, p. 6. grifo no original).

Segundo os professores, a resposta de tal representante apresentava uma discriminação pelos que compondo livros também dão aulas, pois um considerável número de obras adotadas pelo Governo Imperial eram elaboradas por médicos, bacharéis, padres, políticos e, segundo informam, tais sujeitos não tinham dificuldade de receber os prêmios estabelecidos.

Pelos documentos analisados no AGCRJ, foi possível constatar um grande número de ofícios de professores que continham o pedido do prêmio referente à adoção de suas obras, entretanto, não foram encontradas as repostas a esses pedidos ou a concessão dos prêmios por parte do Governo Imperial. Foucault (1995) nos alerta que é mais importante saber o conjunto das questões que estão sendo postas naquele momento, do que propriamente as soluções que se desenvolvem para elas, uma vez que, estas, serão apropriadas diferentemente pelos diversos setores da sociedade, impossibilitando, desta forma, o aparecimento de uma única verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo busquei, por meio de um cruzamento dos documentos apresentados, perceber as tensões e as disputas que envolviam a adoção de livros escolares em meados do século XIX, objetivando apresentar, a complexa teia de relações nas quais estavam inseridos. O percurso percorrido pelos livros não se resumia apenas na escolha e pagamento dos prêmios, que demonstram apenas um aspecto do problema, que se mostra com mais possibilidades a medida que o relacionamos com outros fatos, como os envolvidos na escolha, suas trajetórias e relações, enfim, uma grande gama de questões a serem levantadas e pesquisadas. É importante ressaltar que os livros são resultados de atividades políticas, econômicas e culturais, num espaço de lutas, imposições e concessões.

Nesse trabalho, os livros forma utilizados não apenas como fonte, mas também como objeto, tentando entendê-los em seus locais e condições de produção, resgatando alguns personagens envolvidos e, colocando-os em relações com outras fontes,

confrontando assim, as perspectivas da lei, com o regulamento de 1854, e a dos professores, por ofícios e manifestos a Inspetoria Geral, entendendo como afirma Le Goff (1996) que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”.

Estando atento a essas relações de força, podemos perceber a participação e as tentativas de intervenção dos professores nos rumos da educação e da sociedade, compreendendo quais questões os mobilizavam e como eles se organizavam diante de tais fatos. Segundo Nóvoa (1991), no século XIX, foram produzidas mudanças sociológicas no corpo docente primário que criaram condições para o nascimento das primeiras associações profissionais e que, a emergência desse ator corporativo constituiu a última etapa do processo de profissionalização da atividade docente.

Nessa linha de raciocínio, as críticas coletivas dos professores ao processo de escolha e premiação dos livros demonstram existência de um entendimento, por parte dos professores, da existência de problemas comuns a todos, e que organizados teriam maior representatividade diante do Estado. Essas manifestações podem ser entendidas também como parte do processo que levaria nos anos seguintes a criação das primeiras associações de professores.

As questões apresentadas neste trabalho que vão desde a produção do livro escolar, passando pelas condições que permitiam seu uso, a organização e reivindicação dos professores a um direito concedido, podem ser entendidas como formadoras e construtoras da profissão docente, bem como de nossa cultura escolar, sendo assim, ao buscar problematizar tais questões para melhor entendê-las, estaremos conseqüentemente, melhor compreendendo as atuais práticas escolares.

Las tensiones y los conflictos:

Los maestros y los libros en la escuela del siglo XIX

Resumen: Este artículo representa un estudio sobre los procesos y trayectorias de los libros en la escuela a mediados del siglo XIX, en las escuelas de la Corte, buscando a través del análisis de esta ruta, es decir, la adopción de su producción, para comprender las tensiones y disputas sobre las opciones de los libros y la participación de maestros de escuelas primarias públicas. Trato de analizar las condiciones de aparición y permanencia de los libros para la escuela en Brasil, me detiene en el examen de las normas que rigen su funcionamiento a fin de reflejar la perspectiva de la historia, acerca de las acciones de la escolarización y la aparición del libro de texto, que va más allá de las regulaciones y los supuestos del Estado, incluidos la participación de los docentes en este caso, la participación, la presentación y, quejándose de tales objetos. Tanto tiempo para analizar la trayectoria de la adopción de libros de texto, de acuerdo a las hipótesis oficial, recuperando también las intervenciones de los docentes en un proceso entre las prácticas y las tensiones. Para desarrollar esta propuesta, para utilizar como fuentes de derecho que rige la educación 1854 de primaria y secundaria en el Municipio de la Corte y que regula el uso de libros en las escuelas durante el período de estudio, de 1854 a 1877, el acta de la Inspección General de Educación Primaria y Secundaria de la Corte, la correspondencia entre los profesores y el consejo de la Inspectora General de Educación Primaria y Secundaria de la Corte, y la versión impresa del Manifiesto publicado en 1871 por los profesores y la revista pedagógica "La verdadera instrucción pública" de 1872, con circulación en la corte y en la provincia de Rio de Janeiro.

Palabras - clave: Libros de texto, la educación en el siglo XIX, la educación primaria.

REFERÊNCIAS:

BLAKE Sacramento. *Diccionario Biobliographico do Brasil*. RJ: Imprensa Nacional. 1899.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1993.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª Edição: UNB, 1999.

ESCOLANO BENITO, Agustín. La renovacion de la manualistica escolar en la Espana de entresiglos In: *Cultura Revista de Historia e Teoria das Idéias*. Actas do Colóquio A geração de 98 e o pensamento Finisecular na Península Ibérica, 3 de dezembro de 1998, Lisboa : Universidade Nova de Lisboa: Centro de Historia da Cultura, v. XIII/2000/2001, Serie, 171- 188, 2001.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. RJ: Forense. 1995.

GONDRA, J. J. *Ao Correr da Pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX*. In: MIGNOT, Ana Crystina Venâncio, CUNHA, Maria Teresa Santos. (orgs) *Práticas de memória docente*. Série Cultura, Memória e Currículo. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

_____, *Artes de civilizar*. Medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª Edição. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

LE MOS, D. C. A. *O Discurso da ordem: A constituição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

MARTINEZ, Alessandra F. *Educar e Instruir: a Instrução Pública na Corte Imperial (1870 - 1889)*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

MIGNOT, Ana Crystina Venâncio . *A escrita nossa de cada dia: sonhos impressos em iniciativas de preservação da memória escolar* In. Rio de Janeiro: UERJ. Seminário Internacional Rede de Conhecimentos e Imagens. Cd-rom, 2003.

NÓVOA, António. “Para o Estudo Sócio-Histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente” *Teoria e educação*, Porto Alegre, Nº 4, 1991.

SCHUELER, Alessandra. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

VIÑAO, Antonio. *Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, questiones*. Revista Brasileira de Educação, nº 0. São Paulo: Ação Educativa, 1995.

Fontes Manuscritas

Setor de Documentação Escrita do AGCRJ: Série de Instrução Pública.

Códices:

11.1.16 – Adoção de livros – 1859.

11. 2. 12 – Contas; Representações contra professores; Prédios; Aluguéis; Contratos e outros papéis; Inventários das Escolas; Livros e métodos de ensino; Diplomas; Procurações e justificações; Ofícios. 1865.

11.2.19 – Conselho Superior de Instrução, materiais escolar; mapas de matrículas; contratos, queixas; cartas; contas – 1866.

11.4.20 - Exames de escolas superiores, secundaria e primaria da Corte - 1874 a 1875.

11.4.21 – Obras e publicações – 1874 a 1877.

Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional:

Coleção de Leis, decretos, Actos e Decisões do Governo no Brasil.

Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primaria da Corte (1871). Rio de Janeiro: Typografia. J. Villeneuve& Cia.

Jornal *A verdadeira Instrução Pública*.

PRSOR 3707 (1) microfilmado (BN).